

II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



As representações da infância, civilização e educação no periódico “A Mãe de Família (1879-1888)”

Claudinete de Fátima Oliveira¹

claudineteo@furb.br

Universidade Regional de Blumenau - FURB

Juliana de Mello Moraes²

jmmoraes@furb.br

Universidade Regional de Blumenau - FURB

INTRODUÇÃO.

A presente pesquisa concentra-se na área da Educação, e se dedica ao estudo da História da Educação Infantil. Tem como objetivo analisar as representações a partir do tripé investigativo: infância, civilização e educação, no periódico “A Mãe de Família (1879-1888)”. Utiliza-se o conceito de representação elaborado por Roger Chartier, para problematizar as percepções sobre a infância e sua educação, no contexto da cidade do Rio de Janeiro. Considerando as contribuições de Norbert Elias, para abordar as questões referentes ao processo de civilização, que se apresentou durante a implantação das primeiras instituições de educação infantil.

Segundo Monarcha (2001), no final do século XIX a industrialização impulsionou a expansão das relações internacionais, aliadas ao progresso científico e tecnológico, causando impacto na organização das instituições de educação infantil em diversos países. Azevedo e Sarat (2015), destacam que no Brasil o processo de educação das crianças, se constituiu em meio as transformações em que o país estava imerso.

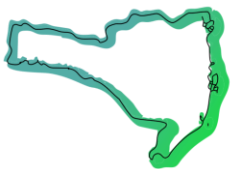
Nesse período, a sociedade carioca se destacava pela crescente urbanização e industrialização. Esse desenvolvimento baseava-se, nos moldes da modernização e civilização dos países europeus, sobretudo ao espelho de Paris. No entanto, juntamente a esse crescimento, emergiram os problemas sociais, que resultaram do aumento da população e da falta de infraestrutura, tal como aponta Rizzini (2011).

As consequências dessa contradição afetavam a população, principalmente as crianças que se encontravam nesse meio, vivenciando infâncias diferenciadas, que variavam de acordo com as questões sociais, raciais e de gênero. As crianças que pertenciam a elite carioca tinham uma infância espelhada aos moldes europeus, enquanto as mais carentes eram vistas como “órfãos”, “expostos”, “enfeitados”, “deserdados de sorte” ou “de fortuna”, “infância desditosa” ou “infeliz” (ARANTES, 2011, p. 176). Diante dessa realidade, acabavam tendo uma infância difícil.

No periódico, “A Mãe de Família (1879-1888)”, os redatores destacaram nas publicações diversos acontecimentos, que marcaram a infância das crianças, tal como o abandono na roda dos expostos, os acidentes que sofriam no meio familiar e nas ruas, onde permaneciam expostas as diversas formas de violência. Esses fatores, aliados ao alto índice mortalidade infantil, despertaram o olhar da

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB).

² Doutora em História pela Universidade do Minho. Professora do Departamento de História e Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Regional de Blumenau (FURB).



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



medicina, através dos médicos higienistas, que demonstraram preocupação, com a saúde da criança e com as questões relacionadas à educação. Com uma nova mentalidade, defenderam a ideia de que a educação não seria realizada somente no meio familiar, mas também nas instituições educativas.

Esses médicos, visavam o cuidado e a educação da infância, contemplando nesse período os princípios civilizatórios. Considerando, que as crianças se tornam adultos através dos processos sociais civilizados, que variam de acordo com seus respectivos modelos sociais de civilização (ELIAS, 2012). Nesse sentido, o processo de educação das crianças no final do século XIX, se apresentou como meio de regulamentação da infância “civilizada”.

Nessa conjuntura, foi implantado no Rio de Janeiro no ano de 1875, pelo médico Dr. Joaquim J. Menezes Vieira, o primeiro jardim de infância (*Kindergarten*), seguindo o método de Froebel (KUHLMANN JR., 2015). De acordo com Gonzalez e Carvalho (2022), era uma instituição privada, destinada ao atendimento das crianças do sexo masculino de 3 a 6 anos, pertencentes as famílias mais abastadas da sociedade carioca. Segundo Kishimoto (1999), esses espaços se constituíram como instrumento de discriminação social, com propósito de oferecer *status* superior às crianças oriundas das classes economicamente ricas. Nesse sentido, as representações sociais dessas instituições de educação infantil demonstram as distinções sociais da época. Considerando que “[...] as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 1990, p. 17).

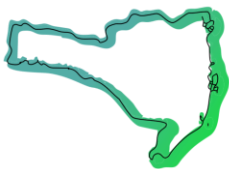
Segundo Domingos J.B. de Almeida, no Brasil o acesso a esses espaços educativos, eram destinados ao atendimento das crianças pertencentes as famílias ricas. “[...] aqui não os ha para os pobres! E' uma lacuna lamentavel para um paiz que se ufana, com razão, de caminhar a par dos paizes civilisados, porque os Jardins da infancia são os esteios mais fortes desses povos” (*A MÃI DE FAMILIA*, ANO 4, N. 8, ABR. 1882, p. 59). Nas publicações do referido periódico, os higienistas defendiam o acesso aos jardins de infância para todas as crianças, independente da classe social que pertenciam. Também reivindicavam a implantação das creches, como é possível constatar no artigo intitulado “A CRÉCHE (Asylo para a primeira infancia)”, escrito por K. Vinelli, no ano de 1879, o qual faz um relato dos exemplos dessas instituições presentes em outros países, enfatizando seus benefícios para a sociedade, principalmente para as mães trabalhadoras. Diante disso, pode-se constatar que as instituições de educação infantil, foram representadas no periódico como ponto fundamental, para a efetivação do processo de civilização do país.

MATERIAIS E MÉTODOS.

A presente pesquisa de natureza qualitativa, contempla uma análise documental realizada no periódico “A Mãe de Família (1879-1888)”, que se encontra disponível de forma *online* no acervo da Biblioteca Nacional do Brasil, na Hemeroteca Digital. Essa análise foi realizada de acordo com as dimensões propostas por Cellard (2008), considerando o contexto, os autores, a autenticidade e a confiabilidade do texto, a natureza, os conceitos-chave e sua lógica interna. Durante essa investigação realizamos uma busca em todos os números do periódico considerando os seguintes descritores: criança, infância, jardim de infância e creche. Os dados encontrados sobre a educação da infância foram organizados em tabelas, contendo ano, edição, título e a temática abordada. Essas informações foram fundamentais para análise das categorias elencadas a priori: infância, civilização e educação.

RESULTADOS.

Os resultados parciais desse estudo em andamento, apontam que o periódico “A Mãe de Família” se constitui como uma importante fonte para a análise da representação da educação das crianças pequenas (0 a 6 anos), entre os anos de 1879 e 1888. Apresentando importantes questões sobre a infância e o processo de civilização que se apresentou durante a constituição das instituições de educação infantil, na sociedade do Rio de Janeiro. Diante do exposto, acredita-se que essa pesquisa apresentará muitas contribuições para os estudos da História da Educação Infantil.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DO SISTEMA ACAFE - SIPPE ACAFE



CONSIDERAÇÕES FINAIS.

O movimento higienista teve forte influência, nas iniciativas de educação da infância, inclusive difundindo entre a sociedade e ao poder público a importância que as instituições de educação infantil possuíam. Enfatiza-se que a ação desses médicos, visava também a civilização da população, através das crianças, consideradas nesse período “futuro da nação”, assim, precisavam ser protegidas e educadas. Porém, a educação infantil que se apresentou no final do século XIX, acentuou ainda mais as diferenças sociais. Os jardins de infância foram representados como instituições vistas como “salvadoras”, porém, destinadas as crianças do sexo masculino pertencentes a elite carioca. Embora a implantação das creches fosse reivindicada pelos higienistas, tal como o acesso aos jardins de infâncias, para todas as crianças, foram apenas discursos, sem efetivação de ações concretas durante o período de circulação do periódico “A Mãe de Família (1879-1888)”.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Educação. Instituições de educação infantil.

Referências.

A MÃE DE FAMÍLIA. **Jornal Científico, Litterario e Ilustrado -Educação da Infancia, Higiene da Família.** Rio de Janeiro: Acervo Digital da Hemeroteca da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/acervo-digital/mai-familia/341703>. Acesso em: 29 de agosto de 2022.

ARANTES, E. M. M. **Rostos de crianças no Brasil.** In: RIZZINI, I; PILOTTI, F. (orgs.). A Arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2011, p. 153-202.

AZEVEDO, Gislaíne; SARAT, Magda. **História da infância no Brasil: contribuição do processo civilizador.** Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/ MS, v.5, n. 13 p. 19-33, jan./abr. 2015.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Petrópolis, Vozes, 2008

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 1990

ELIAS, Norbert. **A Civilização dos Pais.** Revista Sociedade e Estado, Brasília, v.27, n. 3, p. 469- 493, set./dez. 2012.

GONZALEZ, Keila Cristina Arruda Villamayor; CARVALHO, Diana Carvalho de. **Representações do jardim de infância do Dr. Menezes Vieira na imprensa periódica do Rio de Janeiro no final do século XIX.** Zero-a-Seis, v. 24, n. 45, p. 10-33, 2022.

KISHIMOTO, M. T. **Política de formação profissional para a educação infantil: Pedagogia e Normal Superior.** In: Educação e Sociedade, n° 68. Campinas, SP: Cedes, 1999. p. 71 – 79.

KUHLMANN, Moysés Jr. **Infância e educação infantil: uma abordagem histórica.** Porto Alegre: Mediação, 2015.

MONARCHA, C. (Org.). **Educação da infância brasileira: 1875-1983.** Campinas: Autores Associados, 2001. p. 81-119.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2011.